

REFERENTE AO PROCESSO N.º MEM002073/2017 – Convite nº 01/2017

ASSUNTO: Licitação para “contratação de empresa para realização de serviço de rastreamento e monitoramento de veículos e máquinas”.

RESPOSTA - IMPUGNAÇÃO

CONVITE N.º 01/2017

TELEALARME BRASIL EIRELI. apresentou em 13 de fevereiro de 2017, IMPUGNAÇÃO ao Edital de Convite n.º 01/2017.

A impugnação com seu inteiro teor está em documento anexo.

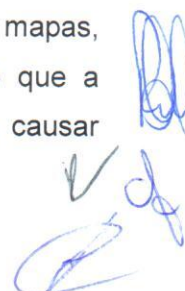
DA DECISÃO

A empresa TELEALARME BRASIL EIRELI., apresentou impugnação ao edital de licitação, referente ao Convite 01/2017, na data de 13 de fevereiro de 2017. A referida Impugnação foi apresentada tempestivamente, conforme art. 41, § 2º, da Lei Federal 8.666/93.

O impugnante alega, em suma, que:

- a) o edital é omissivo no que se refere à exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica em nome da empresa licitante e do seu responsável técnico, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, a fim de comprovar a prestação de serviços de características semelhantes ao objeto licitado; e
- b) é necessário que a empresa tenha autorização para utilizar os mapas, através de licença.

Em análise aos questionamentos apresentados, bem como seus fundamentos, verifica-se que assiste razão à TELEALARME BRASIL EIRELI, visto a importância da previsão de qualificação técnica, bem como a importância da licença para uso de mapas, evitando problemas que possam ocorrer durante a execução do serviço, visto que a contratação de uma empresa sem experiência na área, e sem a licença, poderia causar



maiores prejuízos ao erário público em caso de inexecução contratual ou outros problemas, ficando vulnerável a contratação aqui pretendida.

Por outro lado, no presente caso o registro do atestado no CREA se mostra desnecessário, tendo em vista não se tratar de serviço ou obra de engenharia, tratando-se de um serviço comum. Soma-se a isso o fato de que se tal registro fosse solicitado no Edital de Licitação, restringiria demasiadamente a participação de empresas no certame, o que prejudicaria o caráter competitivo do mesmo.

Diante do Exposto, esta Comissão Especial de Licitações julga PARCIALMENTE PROCEDENTE a impugnação interposta pela empresa TELEALARME BRASIL EIRELI, devendo ser retificado o Edital do Convite n.º 01/2017, incluindo seus anexos, para que se inclua item de qualificação técnica, bem como faça referência a existência de licença para uso de mapas.

Determina-se a publicação da retificação do Edital Convite n. 01/2017, bem como da prorrogação da data de abertura do certame, conforme determina o § 4º do art. 21, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

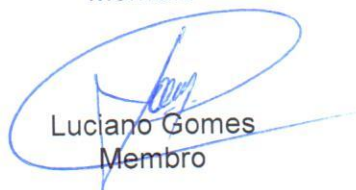
Pelotas, 14 de fevereiro de 2017.

Comissão Especial de Licitações


Roberto dos Santos Ramalho
Presidente


Pablo Crespi
Membro


Camila Farias Ferreira
Membro


Luciano Gomes
Membro